



MINISTÉRIO DO TURISMO

COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 209 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: 61 - 2023 7102 - www.turismo.gov.br

Ata de Reunião

3ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Turismo

1. Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2021, às 11h00, na sala plenária, 9º andar, do Ministério do Turismo (MTur), reuniu-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC).
2. As pautas abordadas na reunião foram as seguintes:
 - **Mapeamento de Riscos de Integridade;**
 - **Política de Gestão de Riscos;**
 - **Declaração de Apetite a Risco;**
 - **Projetos-piloto de Desdobramento da Estratégia e de Gestão de Riscos;**
 - **Relato do status do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);**
3. Durante a abertura da reunião, o Secretário-Executivo Adjunto (SEA), Sr. Marcos José Pereira, como Presidente-substituto do Comitê, cumprimentou os presentes e comunicou as pautas do dia para o Colegiado, informando que algumas Secretarias não puderam participar, mas que dariam continuidade à reunião com a presença de seus suplentes e representantes imediatos.
4. O Presidente informou que a reunião tem como objetivo atender o pactuado com a Controladoria-Geral da União (CGU) em 2020, e se orienta pelo atendimento ao Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança na administração pública; à Instrução Normativa (IN) Conjunta nº 01/2016 entre o Ministério Público (MPU) e a CGU, que dispõe sobre os controles internos, gestão de riscos e governança, e ao Plano de Ação do MTur, que foi pactuado com a CGU para implementar a Política de Gestão de Riscos na Pasta.
5. Foi comunicado que o intento para a convocação da reunião foi o atendimento dos normativos explicitados, para adequar as ações administrativas do Ministério às melhores práticas de controle, planejamento e governança.
6. O Presidente do CGRC convidou o Assessor Especial de Controle Interno (AECI), Sr. Brenno D'Aguiar de Souza, para apresentar a pauta prioritária relativa ao Mapeamento dos Riscos de Integridade do MTur. O Assessor iniciou a apresentação elucidando o teor do Mapeamento dos Riscos de Integridade e seus tratamentos, realizando a contextualização de algumas normas que tratam a respeito do risco de governança e integridade, e explicando que a Integridade é abordada no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, bem como em outros normativos, e consta como o princípio basilar da Governança.
7. O Assessor explicou também que o Mapeamento dos Riscos de Integridade foi estruturado em colaboração com as unidades da Pasta, e que resultou na Matriz de Integridade com o detalhamento das probabilidades e riscos. Apresentou também alguns conceitos voltados à integridade, que priorizam os resultados vinculados ao interesse público em detrimento do interesse privado, e alguns temas vinculados à integridade, governança, confiabilidade, combate à corrupção, valores, eficiência e legitimidade. Expôs que por meio da parceria com a CGU, a AECI conduz várias ações periódicas sobre os temas, que ainda abarcam o nepotismo, conflito de interesse e coação. Os normativos estabelecem que o

Ministério deveria implementar um Programa de Integridade, cujo elemento principal do Programa em tela é o Plano de Integridade, o qual foi editado em 2019 que consta em status de construção e aprimoramento. A AECI finalizou a apresentação explicando a análise e as medidas implementadas referentes aos riscos que serviram de base para a construção do mapa de calor, informando que toda a gestão dos riscos está baseada na probabilidade e impacto.

8. O Presidente continuou a reunião destacando que o MTur está em uma fase em que a maturidade institucional para governança e controle de riscos e planejamento é incipiente, e abriu votação para pauta prioritária do Mapeamento dos Riscos de Integridade. Por não haver objeção do Colegiado, restou aprovada por maioria absoluta a pauta da AECI.

9. Houve direcionamento para a próxima pauta, para a qual foi convidado o Subsecretário de Gestão Estratégica (SGE), Sr. Luiz Cláudio Barbosa Castro, para apresentar a pauta prioritária de Política de Gestão de Risco e a Declaração de Apetite a Risco. O Subsecretário iniciou a apresentação cumprimentando a todos os presentes, e em seguida explicou as pautas que seriam abordadas na apresentação, a saber: a Política de Gestão de Riscos, a Declaração de Apetite a Risco, os Projetos-piloto e seus desdobramentos, e o status do Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

10. Explicou que a Política de Gestão de Riscos do Ministério do Turismo foi estruturada por recomendação da CGU, a qual foi iniciada no ano de 2020, com vinculação à Portaria nº 753, de 10 de novembro de 2020, que instituiu o CGRC, bem como abordou a pactuação com a CGU relativa às iniciativas para implementação do Plano de Gestão de Riscos do Ministério, o qual foi concebido em 2021. Depois, a palavra foi direcionada para o Presidente, que iniciou a votação do normativo, iniciando a leitura pelo capítulo 1, com a sequência dos demais capítulos, os quais foram:

- Capítulo 1 – Das Disposições Gerais, onde a AECI fez uma proposição no preâmbulo para inclusão do Referencial Básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União (TCU), versão de abril de 2018, para dar alicerce à base normativa, que sem objeção do Colegiado foi considerada para ser incluída no capítulo 1, que foi validado pelos membros;

- Capítulo 2 – Da gestão de riscos, que sem objeção do colegiado foi validado pelos membros;

- Capítulo 3 – Do processo da gestão de riscos, a AECI fez observação no parágrafo único que, por se tratar de uma questão de prevenção da corrupção, o valor do apetite a risco de integridade foi estipulado em zero, e sem objeção do colegiado foi validado pelos membros;

- Capítulo 4 – Controles internos da gestão, a AECI fez uma observação da necessidade de alteração da numeração dos parágrafos e a realocação do Núcleo de Governança (NG) da primeira linha de defesa para a segunda linha, e, após debate do colegiado, foi validado o capítulo 4, com as alterações propostas pela AECI (parágrafo 2 artigo 13);

- Capítulo 5 – Das disposições finais, sem objeção do colegiado, foi validado pelos membros;

11. O Presidente então encerrou a revisão, para a aprovação da Resolução que institui a Política de Gestão de Riscos do MTur, passando a palavra para o Subsecretário da SGE, o qual prosseguiu com a Declaração de Apetite a Risco. Foi iniciada a apresentação do Apetite a Risco, com o esclarecimento de alguns conceitos e detalhamento do nível de apetite a risco proposto para o Ministério, o qual consta como o risco médio e que, a partir dessa definição, os riscos identificados como alto ou extremo deverão ser tratados/mitigados.

12. O Subsecretário da SGE pediu a participação da Coordenadora-Geral de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CGMAP), Sr^a Haila Moreira Farinha Braga para fazer os comentários técnicos referentes ao Apetite a Riscos. A Coordenadora-Geral da CGMAP explicou que há categorias de risco e que o Apetite a Risco do MTur diz respeito ao nível de risco que a organização está disposta a aceitar para alcançar seus objetivos, o qual não pode ser igual a zero, como ocorre no risco à integridade (art. 8º da Política de Gestão de Riscos). A sugestão do risco de nível médio foi proposta mediante um benchmarking em outros órgãos públicos, com foco no que é considerado para a priorização do

tratamento do que pode vir a ser um risco para a instituição, destacando que, além de declarar o apetite, é também necessária a tipificação das categorias de riscos que serão avaliadas pelo Ministério.

13. O Subsecretário da SGE retomou a palavra, e devolveu a condução da pauta para o Presidente Marcos para oportunizar a deliberação junto ao Comitê. Foi aprovada a resolução que estabeleceu o Apetite a Risco do MTur, juntamente com a sua tolerância ao risco. Após discussão do colegiado, a normativa é aprovada. A AECL sugeriu então que no Mapeamento dos Riscos de Integridade o Risco 6 (violação de sigilo funcional) tivesse seu nível alterado de médio para alto.

14. O Presidente fez uma proposição ao Colegiado para adiamento da pauta subsequente, o qual constava como a apresentação do projeto-piloto, a ser postergada para uma próxima reunião do CGCR em aprovação, cuja proposta foi acatada pelo Colegiado, no que se refere à temática dos projetos-piloto do desdobramento estratégico e da implantação de gestão de riscos nas unidades setoriais do Ministério.

15. Após, o Presidente passou a palavra para o Subsecretário da SGE, com vistas a possibilitar a apresentação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2020-2023.

16. O Subsecretário, juntamente com a Coordenadora-Geral da CGMAP, apresentou o resultado do Painel de Indicadores obtido após oficinas de trabalho da consultoria GD Consult, nas quais foram efetuados atendimentos individualizados com as unidades finalísticas para construção dos indicadores.

17. Concomitante à apresentação dos indicadores das unidades da SECULT, o Sr. André Porciuncula Alay Esteves, Secretário Especial da Cultura- Substituto, realizou alguns apontamentos, solicitando esclarecimentos sobre a metodologia de construção dos indicadores, especialmente indicadores vinculados ao Plano Plurianual (PPA). Após isso, as questões foram esclarecidas pela Coordenadora-Geral da CGMAP, a qual se comprometeu a informar o método de cálculo utilizado para construção do indicador da SECULT vinculado ao Objetivo Estratégico 08 (Estruturar o Turismo e a Cultura), cujo indicador é a quantidade de equipamentos culturais implantados, recuperados ou modernizados.

18. Logo após discussão do colegiado, o Presidente iniciou a votação da proposta do PEI 2020-2023 do MTur, o qual sem objeção do Colegiado foi validado pelos membros.

19. O Presidente observou que a equipe da SGE tem feito um trabalho sério para concluir o PEI e assessorar as unidades finalísticas na elaboração dos seus indicadores e suas metas. Além disso, explicou que a CGMAP visitará todas as Secretarias Finalísticas por meio de oficinas de trabalho para auxiliar as unidades na criação e elaboração do seu planejamento tático, e finalizou a reunião agradecendo a presença de todos, principalmente da equipe da SGE, pela condução da pauta, a qual se manifesta de maneira árdua haja vista a falta de cultura institucional relacionada a temática do PEI no contexto da Pasta.

20. Encerradas as discussões, a reunião foi concluída.

21. Nada mais havendo a tratar, com o intuito de fazer constar nos autos deste Processo SEI: 72031.011746/2021-25 em tela, nesta data, lavra-se a presente Ata, a qual foi subscrita pela equipe CGMAP, e segue direcionada para assinatura de todos os membros do CGRC.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Cláudio Barbosa Castro, Subsecretário(a) de Gestão Estratégica**, em 09/12/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Batista Angelini Carvalho, Secretário(a) - Substituto**, em 27/12/2021, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Luiz Valentim, Secretário(a) Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural**, em 28/12/2021, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Débora Moraes da Cunha Gonçalves, Secretário(a) Nacional da SNAIC**, em 30/12/2021, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Oliveira Pinheiro, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo**, em 31/12/2021, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Caiado Alvarenga, Secretário(a) Nacional Substituto**, em 31/12/2021, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Endrigo Claujan Thomas de Vargas, Secretário(a) Nacional de Desenvolvimento Cultural**, em 31/12/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Carmona Cantera, Secretário(a) Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual**, em 05/01/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **André Porciuncula Alay Esteves, Secretário(a) Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura**, em 06/01/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Roque Pedreira Junior, Chefe de Gabinete**, em 07/01/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Brenno D'Aguiar de Souza, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 11/01/2022, às 01:30, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Pereira, Secretário-Executivo**, em 05/04/2022, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1294752** e o código CRC **880E5963**.